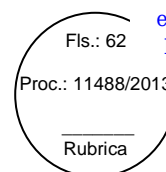




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA

PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



e-DOC 0DA055B4

Proc 11488/2013

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE AUDITORIA

Auditoria de Desempenho na Secretaria de Transportes do Distrito Federal – ST, na Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans e na Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ DF com o objetivo de verificar a qualidade e a regularidade da prestação de serviço do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal- STPC/DF. Fiscalização nº 1.1003.13



PLANO DE AUDITORIA

1. Apresentação

Trata-se de Auditoria de Desempenho a ser realizada na Secretaria de Transportes do Distrito Federal – ST, na Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS e na Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ DF, em cumprimento ao Plano Geral de Ação para o exercício de 2013, aprovado pela Decisão nº 96/2012, fl. 02.

2. Identificação do Objeto

2. O objeto da auditoria será a prestação de serviço do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Os seus gestores são a Transportes Urbano do DF – DFTRANS e a Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ DF, entidades vinculadas à Secretaria de Estado de Transportes do DF – ST/DF.

3. A DFTRANS é uma autarquia criada pela Lei nº 241, de 28/02/1992, para fiscalizar a área de transporte coletivo urbano rodoviário na capital federal. Inicialmente, foi instituída com a denominação de DMTU - Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos e, posteriormente, alterada para a atual, por meio do Decreto nº 23.902, de 11/07/2003. Suas competências e estrutura administrativa foram fixadas pelos Decretos nº 27.660, de 25/02/2007, e nº 33.398, de 08/12/2011, respectivamente.

4. A DFTRANS tem como principais atribuições planejar, controlar, avaliar e fiscalizar o transporte público de passageiros no Distrito Federal. Compete à autarquia, também, o planejamento das linhas urbanas rodoviárias e a avaliação de seu desempenho, a caracterização da demanda, oferta, custos e níveis tarifários desses serviços.

5. A METRÔ DF é uma empresa pública, vinculada ao governo do Distrito Federal, criada em 1993 com a missão de planejar, projetar, construir, operar e manter o sistema de transporte público coletivo sobre trilhos da capital federal, bem como, futuramente, o Veículo Leve sobre Trilhos – VLT e o Veículo Leve sobre Pneus – VLP. Suas atividades encontram-se normatizadas pelo Decreto nº 19547, de 02/09/1998, com a redação contida nos Decretos nºs 22726 e 26516, de 15/02/2002 e 30/12/2005, respectivamente.

6. Administrativamente, ambas jurisdicionadas estão vinculadas à Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal – ST/DF, a quem compete formular políticas e diretrizes para os sistemas de transporte e viário, planejamento de trânsito e estacionamentos públicos locais, conforme anotado no Decreto nº 32716, de 1º/01/2011.

7. Por ocasião do desenvolvimento dos trabalhos, encontravam-se como titulares do cargo de Diretor-Geral do DFTRANS o Sr. Marco Antônio Campanella, de Diretora-Presidente do METRÔ DF a Srª. Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva e de Secretário de Estado de Transportes o Sr. José Walter Vazquez Filho.



3. Contextualização

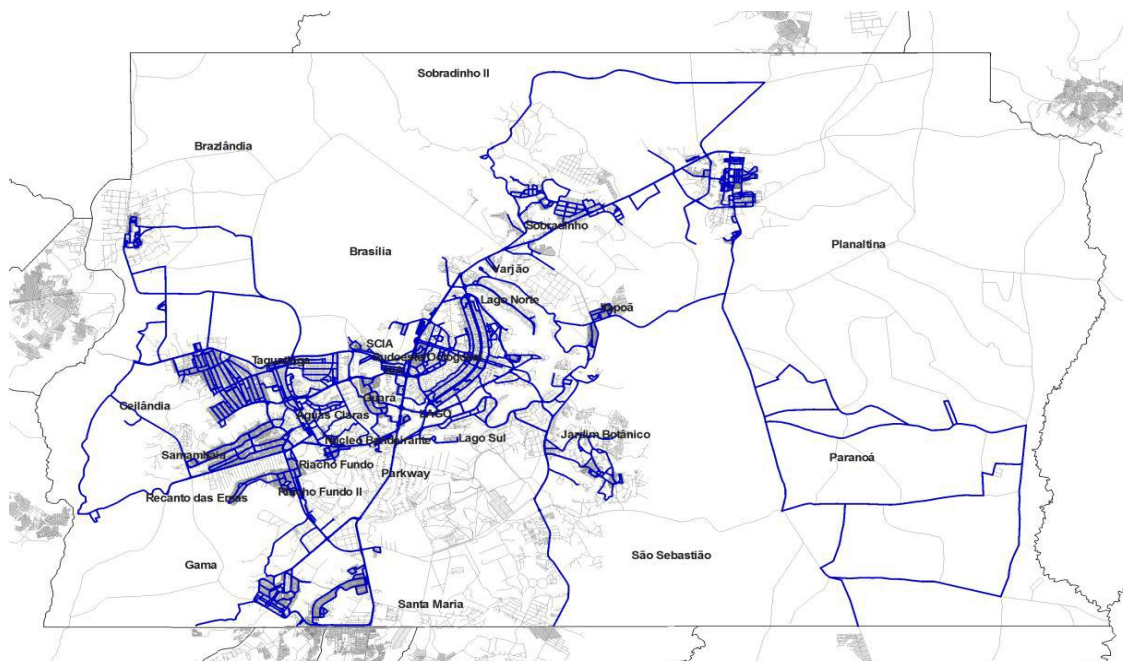
Características do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF

8. O STPC/DF, regulamentado pelo Decreto nº 30584, de 16/07/2009, tem como área de atuação os núcleos urbanos e rurais das Regiões Administrativas do Distrito Federal, responsabilizando-se pelo atendimento da demanda por viagens intranúcleos, mediante linhas urbanas, e internúcleos, mediante linhas metropolitanas. Constituem o STPC/DF os serviços Básico e Complementar, os quais possuem natureza e caracterização peculiares e estão sujeitos à regulamentação específica e à prévia delegação do Poder Público.

9. O Serviço Básico compreende linhas dos modos ferroviário e rodoviário, que podem operar mediante integração física, tarifária e operacional, que visem proporcionar aos cidadãos o acesso universal, seguro e equânime ao espaço urbano. O Serviço Complementar compreende linhas do modo rodoviário, com características diferenciadas do serviço básico, que visem atender segmentos específicos de usuários.

10. No modo rodoviário, o Serviço Básico transporta em média 1.103.000 passageiros/dia, o que corresponde a aproximadamente 87% da demanda do STPC/DF, tendo registrado uma produção quilométrica diária (dia útil) em torno de 886 mil quilômetros, decorrente da realização de cerca de 22 mil viagens/dia. Ademais, esse serviço é realizado por meio de veículos do tipo convencional, alongado, padronizado e articulado, num total aproximado de 2.300 unidades para 1000 linhas.

Linhas do Serviço Básico (modo rodoviário)¹



¹ Fonte: Anexo II do Edital da Concorrência nº 01/2011- ST.

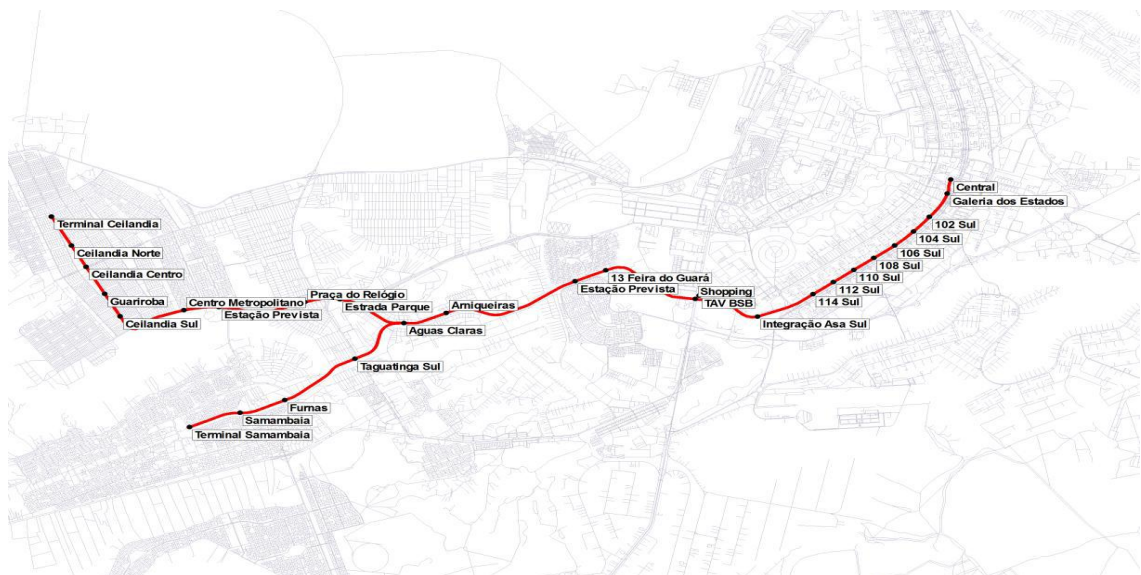


11. O modo ferroviário entrou em operação em janeiro de 1997. Até agosto de 1999, a METRÔ DF operou em regime experimental. No início de 2001, houve a operação em definitivo com a inauguração do trecho que liga Samambaia a Taguatinga, Águas Claras, Guará e Plano Piloto. Atualmente, conta com 32 trens que percorrem 42,38 km de via com 24 estações em operação (das 29 contidas no projeto inicial) e atende cerca de 130 mil usuários/dia, com operação de segunda-feira a sábado, das 6 às 23h30 e aos domingos e feriados das 7 às 19 horas.

12. As linhas verde e laranja² do metrô compartilham um trecho inicial de 19,19 km – entre as estações Central (situada no subsolo da rodoviária do Plano Piloto) e Águas Claras – depois se bifurcam, na forma da letra Y. O primeiro ramal de 14,31 km, linha verde, inicia em Águas Claras, passa por Taguatinga Centro e Norte e chega à Ceilândia. O segundo, de 8,8 km, sai de Águas Claras, passa por Taguatinga Sul e chega à Samambaia.

13. A malha metroviária brasileira é a segunda maior do país, atrás apenas do sistema de São Paulo que conta com 74,3 Km de vias. A velocidade máxima de operação é de 80 km/h. A bitola dos trilhos é de 1.600 mm (Bitola Irlandesa) e a alimentação dos trens é feita por um terceiro trilho energizado. O metrô é subterrâneo no trecho entre a estação Central e a estação Asa Sul, em Taguatinga Centro, onde fica a estação Praça do Relógio, bem como entre as estações Guariroba e Ceilândia Norte, passando pela Estação Ceilândia Centro (única estação em subsolo nesta Regional). Dispõe de um único trecho de via elevada, localizado sobre a Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA, próximo à estação Shopping. Os demais trechos são em superfície, predominantemente de trincheira (corredor semi-subterrâneo, sem cobertura).

Malha Ferroviária do Serviço Básico³



² Compostas das seguintes estações: Trecho comum: Central, Galeria, 102 Sul, 104 Sul (em construção), 106 Sul (em construção), 108 Sul, 110 Sul (em construção), 112 Sul, 114 Sul, Terminal Asa Sul, Shopping, Feira, Guará, Arniqueiras e Águas Claras; Linha Amarela: Taguatinga Sul, Fumas, Samambaia Sul, Terminal Samambaia, Estação 34 (em construção) e Estação 35 (em construção); Linha Verde: Concessionárias, Estrada Parque (em construção), Praça do Relógio, Onoyama (em construção), Centro Metropolitano, Ceilândia Sul, Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte, Terminal Ceilândia, Estação 28 (em construção) e Estação 29 (em construção).

³ Fonte: Anexo II do Edital da Concorrência nº 01/2011- ST.



Integração intermodal do STPC/DF

14. O metrô foi concebido para se tornar o principal meio de transporte público coletivo da capital federal. Para isso, o Plano Diretor de Transporte Urbano do Distrito Federal prevê a sua integração com os demais modais em utilização (sistema convencional rodoviário), em construção (Veículo Leve sobre Pneus - VLP⁴), ou planejados para essa Unidade da Federação (Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT⁵). A composição de um sistema integrado de transporte público, com serviços tronco alimentados e terminais de integração, possibilitará a racionalização da operação do STPC/DF, com melhor aproveitamento da frota e redução de custos operacionais.

15. O modelo básico da integração intermodal é o físico-operacional tronco-alimentado, com integração tarifária aberta de validade temporal. A matriz de integração baseia-se no pagamento de uma única tarifa nas viagens com até duas integrações (sendo apenas uma viagem de metrô), além da adoção de tarifas diferenciadas por tipo de serviço (urbano 1, 2 e 3, metropolitano 1, 2 e 3), coerente com o padrão de ocupação urbana polarizado pelo Distrito Federal, em que a heterogeneidade de densidades (de empregos e residentes) demanda diferentes hierarquias de transporte para a realização de viagens.

16. Essa sistemática está sendo implantada gradualmente a fim de alcançar o cenário de integração previsto pelo Plano Diretor de Transporte Urbano do Distrito Federal. Algumas linhas rodoviárias já estão integradas ao Metrô-DF, com operação da empresa Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, por microônibus, com origem/destino na estação metroviária Asa Sul, também chamada de Terminal Asa Sul, localizada no Setor Policial Sul. Ademais, em janeiro de 2013, a DFTRANS implantou a integração entre linhas urbanas e metropolitanas para atender a população que se desloca no modo rodoviário de Ceilândia e Taguatinga com direção ao Plano Piloto, Guará, Octogonal, Núcleo Bandeirante e Rodoviária Interestadual. O objetivo é que os passageiros, após desembarcarem de linhas circulares (urbanas), peguem uma linha de ligação (metropolitana), que faz o trajeto pela Estrada Parque Taguatinga Guará - EPTG, desde o centro de Taguatinga ao Plano Piloto (Eixo Sul, Rodoviária do Plano Piloto e W3), Guará, Rodoviária Interestadual e Núcleo Bandeirante. Da mesma forma, essas linhas se integram, no sentido inverso, com as linhas circulares. Todavia, essa medida experimental foi revogada em 20/07/2013.

Intervenções governamentais previstas para o STPC/DF

17. Por meio da Concorrência Pública nº 01/2011 – ST, a Secretaria de Transportes deflagrou procedimento licitatório para outorga de concessão para prestação e exploração do serviço básico rodoviário do STPC/DF, distribuídas em 5 (cinco) lotes, denominados de bacias que, em conjunto,

⁴ Encontra-se em construção e será, chamado de Expresso DF. Utiliza o sistema de ônibus articulados do tipo BRT (Bus Rapid Transit) no corredor rodoviário localizado no eixo sul e ligará as cidades do Gama, Park Way e Santa Maria à região central de Brasília. O empreendimento deve ficar pronto até o final de 2013 e atenderá aproximadamente 272 mil pessoas por dia.

⁵ Previsto para operar nas W3 sul e norte e no eixo monumental, sem prazo para início das obras.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

e-DOC ODA055B4

Proc 11488/2013

Proc.: 11488/2013

Rubrica

englobam toda a área urbana do Distrito Federal, os quais ficaram assim distribuídos:

- BACIA 1 (NORTE): Brasília, Sobradinho, Planaltina, Cruzeiro, Sobradinho II, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Fercal. Frota: 417;
- BACIA 2 (SUDESTE): Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, Park Way (parte), Jardim Botânico e Itapoã. Frota: 640;
- BACIA 3 (SUDOESTE): Núcleo Bandeirante, Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II. Frota: 483;
- BACIA 4 (CENTRO-OESTE): Taguatinga (parte), Ceilândia, Guará, Águas Claras e Park Way (parte). Frota: 464;
- BACIA 5 (NOROESTE): Taguatinga (parte), Brazlândia, Ceilândia, SIA, SCIA e Vicente Pires. Frota: 576.



Fonte: Anexo II do Edital da Concorrência nº 01/2011 - ST.

18. Conforme previsto na licitação, cada bacia deverá ser operada por uma única empresa ou consórcio que iniciará suas operações em até 6 (seis) meses a partir da assinatura do contrato de concessão. Sagraram-se vencedoras do certame as empresas Expresso São José (bacia 5) e Viação Pioneira (bacia 2), com contrato assinado em dezembro de 2012; o Consórcio HP-ITA (bacia 3) e a empresa Auto Viação Marechal (bacia 4), contratadas em abril de 2013; e a empresa Viação Piracicabana, cujo termo contratual foi formalizado em junho de 2013.

19. Cumpre registrar que, no final do primeiro semestre de 2013, o modo rodoviário do Serviço Básico encontrava-se operado por treze empresas



privadas, seis cooperativas e uma empresa pública, assim distribuídas na área urbana do Distrito Federal⁶:

- Condor: Ceilândia, Plano Piloto, Santa Maria e Taguatinga;
- Lotaxi: Brazlândia e Samambaia;
- Viplan: Brazlândia, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Sobradinho, Santa Maria e Taguatinga;
- Rápido Brasília: Candangolândia, Cruzeiro, Plano Piloto, Planaltina, Riacho Fundo I, São Sebastião e Sobradinho I e II;
- Veneza Turismo: Paranoá e São Sebastião;
- Viação Viva Brasília: Candangolândia, Ceilândia, Guará, Plano Piloto, Paranoá, Sobradinho I e II e Planaltina;
- Viação Cidade Brasília: Ceilândia, Recanto das Emas e Taguatinga;
- Viação Pioneira: Brazlândia, Ceilândia, Guará, Recanto das Emas, Samambaia e Taguatinga;
- Viação Planeta: Ceilândia, Gama, Guará, Plano Piloto;
- Viação Satélite: Ceilândia, Gama, Samambaia e Taguatinga;
- Riacho Grande: Guará, Plano Piloto, Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II;
- São José: Gama, Plano Piloto, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II;
- TCB: Plano Piloto;
- MCS: Candangolândia, Guará, Recanto das Emas e Riacho Fundo II;
- COOPATRAM : Samambaia e Planaltina;
- COOBATAETE: Paranoá, Sobradinho e Santa Maria;
- COOTARDE: Brazlândia, Ceilândia, Gama, Samambaia e Santa Maria;
- COOTRANSP: Samambaia, Candangolândia e Núcleo Bandeirante;
- COOPATAG: Sobradinho e Santa Maria;
- COOPERTRAN: Gama, Planaltina, São Sebastião e Santa Maria.

20. Conforme previsto no edital da Concorrência Pública nº 01/2011 – ST, entre julho e dezembro de 2013 toda a frota que atualmente compõe o STPC/DF e que se encontra em circulação deverá ser substituída. Na sequência, serão alteradas as linhas urbanas rodoviárias atuais por outras compatíveis com sistemática de regionalização por bacias e integradas aos demais modais do transporte público coletivo de passageiros. Essas intervenções governamentais devem ser implementadas até o final do primeiro semestre de 2014.

⁶ Fonte: Anexo II do Edital da Concorrência nº 01/2011- ST.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

e-DOC 0DA055B4

Proc 11488/2013

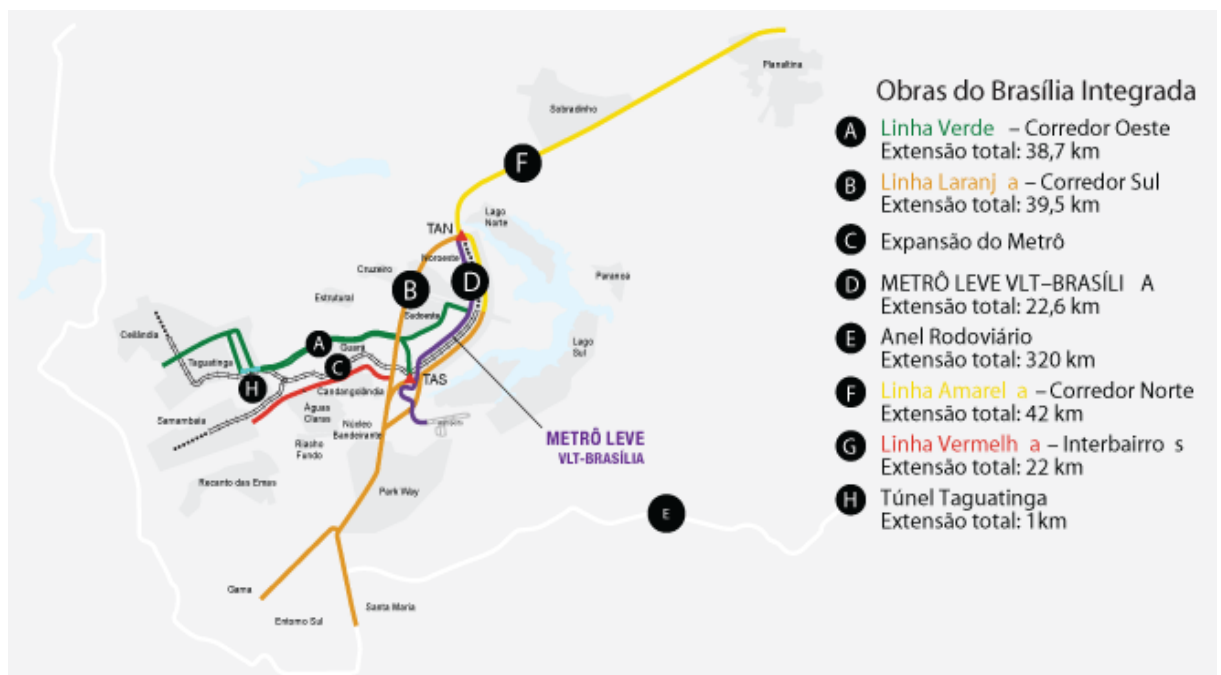
Proc.: 11488/2013

Rubrica

21. Além disso, o programa Brasília Integrada prevê as seguintes infraestruturas de transporte público coletivo com implantação de corredores rodoviários exclusivos para veículos articulados do tipo BRT (Bus Rapid Transit):

- Linha Verde (corredor oeste) - ligará a Asa Sul e a Zona Central de Brasília às cidades de Águas Claras, Guará, Taguatinga e Ceilândia, a partir da reforma das rodovias EPTG, EPIG e EPPM, e das avenidas Comercial Norte e Hélio Prates, com 38,7 km de extensão;
- Linha Laranja (corredor sul) - ligará a Asa Sul e o Setor Noroeste às cidades de Park Way, Santa Maria e Gama, por meio de reforma das rodovias EPIA, EPIP e trecho da BR-040, com 39,5 km de extensão;
- Linha Amarela (corredor norte) - ligará a Asa Norte às cidades de Sobradinho e Planaltina, por meio de reforma das rodovias EPIA e trecho da BR-020, com 42 km de extensão;
- Linha Vermelha (via Interbairros) - nova rodovia ligará a Asa Sul às cidades de Águas Claras e Samambaia, com 22 km de extensão.

Programa Brasília Integrada

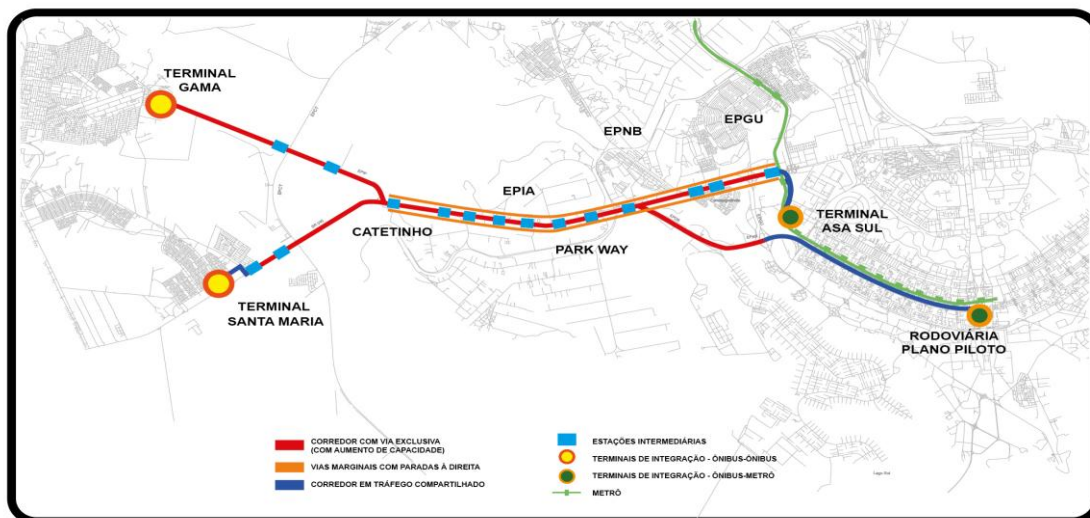


Fonte: Anexo II do Edital da Concorrência nº 01/2011- ST.

22. A Linha Laranja do BRT (corredor sul), que será chamada de Expresso DF, encontra-se em construção e deverá estar concluída no final de 2013 e atenderá aproximadamente 270 mil pessoas/dia. Os veículos a serem utilizados compreenderão duas categorias: articulados, com capacidade de transportar 160 passageiros, e biarticulados, que transportam até 200 pessoas. A linha verde (corredor oeste) teve as obras viárias concluídas parcialmente, no 1º semestre de 2010. Ainda, até o presente, não se encontra operada por veículos do tipo BRT, mas por semiexpressos.



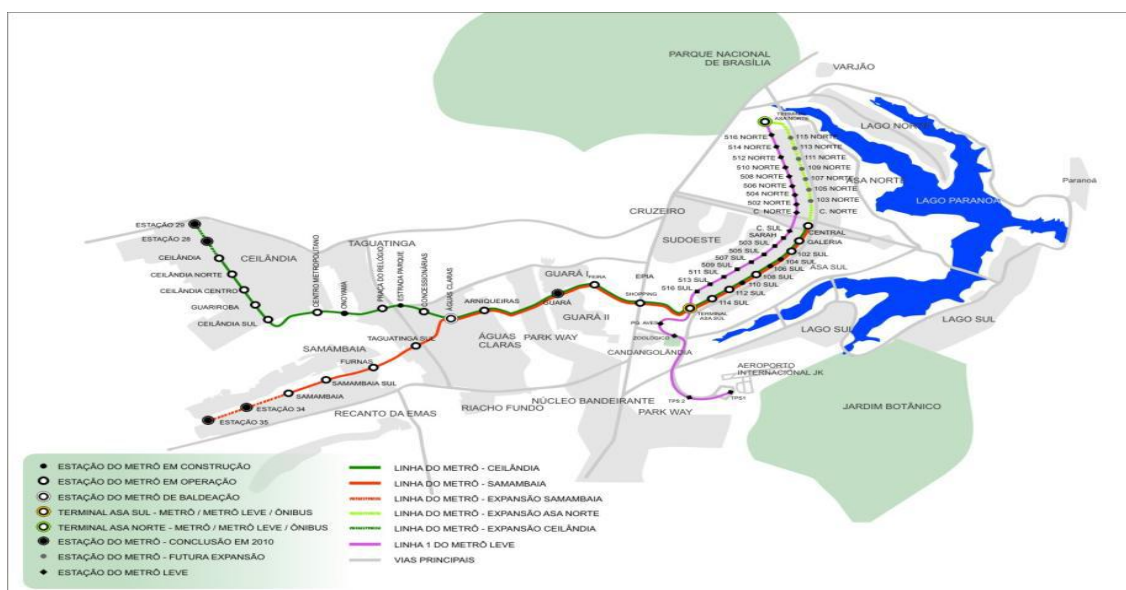
BRT – Corredor Sul⁷



23. O programa Brasília Integrada contempla também a ampliação do Metrô, com novas estações na Asa Norte, Ceilândia e Samambaia, bem como a construção do VLT, ligando o Aeroporto à Asa Norte. O programa prevê, ainda, a construção de um túnel na região central de Taguatinga e a criação do Anel Rodoviário do Distrito Federal, com reforma e adequação de rodovias próximas à região do Entorno.

24. Nesse sentido, a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal planeja expandir a cobertura do Metrô, tanto com novas estações nas linhas existentes (com destaque para duas estações no trecho de Ceilândia e mais duas no trecho de Samambaia), quanto pelo prolongamento de linhas à Asa Norte, onde seriam implantadas mais nove estações.

Previsão de Ampliação do Metrô



Fonte: Anexo II do Edital da Concorrência nº 01/2011- ST.

⁷ Fonte: <http://www.brt sul.com.br/galeria/page/3/>, Acesso em 28/05/2013.



25. Além disso, em novembro de 2012, a Metrô DF iniciou a implantação do sistema de operação denominado de Automatic Train Operation – ATO com o objetivo dar maior precisão à condução dos trens, liberando os pilotos à função de supervisão e com atuação em situações estratégicas, o que possibilitará prever com precisão os intervalos entre os trens e reduzir o tempo entre as composições. O ATO ainda proporciona o alinhamento automático dos trens nas plataformas de embarque, com a abertura e fechamento automático das portas. Tudo será controlado pelo Centro de Controle Operacional (CCO), que tem uma visão geral de todo o sistema. Atualmente, o sistema da capital é semiautomático e depende do piloto para reduzir ou aumentar a velocidade em cada composição, bem como abrir e fechar suas portas nas estações, por exemplo.

26. Por fim, cumpre registrar que, em dezembro de 2011, a DFTRANS iniciou a implantação de faixas preferenciais para o transporte coletivo nas principais vias rodoviárias do Distrito Federal, com vistas à otimização dos tempos de deslocamento⁸. Atualmente, existem corredores exclusivos nas vias W3 Sul, W3 Norte e Setor Policial Sul, fiscalizadas pelo Detran, e Estradas Parque Taguatinga (EPTG) Núcleo Bandeirante (EPNB), de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem (DER).



27. Além disso, a Autarquia tem a pretensão de implantar faixas exclusivas nas seguintes vias:

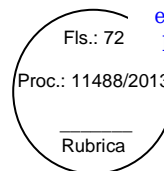
⁸ A medida proíbe a circulação de carros de passeio e caminhões na faixa da direita, a qual passa a ser utilizada exclusivamente por ônibus, vans escolares e táxis. Na EPTG, a reserva ocorre na faixa da esquerda. As faixas exclusivas são isoladas das demais por meio de uma faixa branca, com aproximadamente 25 cm de largura. A via é sinalizada horizontal e verticalmente, com o monitoramento por câmeras operadas pelos Departamentos de Trânsito e de Estradas e Rodagens do Distrito Federal, além da Polícia Militar do Distrito Federal e de Agentes de Trânsito. Na EPNB, a exclusividade ocorre apenas nos horários de picos, de 6h às 10h e das 17h às 20h.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA

PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



e-DOC 0DA055B4
Proc 11488/2013

- BR-020: entre Sobradinho I e a entrada da Asa Norte (Ponte do Bragueto), nos dois sentidos;
- BR-040: entre os viadutos de Santa Maria e da Candangolândia, nos dois sentidos;
- Eixo Monumental: entre o Cruzeiro Velho e a Rodoviária do Plano Piloto, nos dois sentidos;
- Avenida Hélio Prates: entre o centro de Ceilândia e o antigo Buritinga, nos dois sentidos;
- DF-085: do Estádio Serejão ao Centro de Taguatinga;
- Via Estrutural: entre a Cidade do Automóvel e a entrada do Viaduto Ayrton Senna e entre o posto da Polícia Militar do DF e o viaduto do Pistão Norte.

28. Assim, mostra-se oportuno que esta Auditoria Operacional somente seja executada após a implementação das intervenções governamentais em curso no serviço básico rodoviário do STPC, ou seja, no segundo semestre de 2014.

Fiscalizações anteriores

29. A seguir, indicamos os processos e as correspondentes decisões resultantes de anteriores atuações na DFTRANS e METRÔ DF, que guardam pertinência com o objeto da presente Auditoria Operacional:

- **Processo nº 17272/2008** – Auditoria operacional realizada no sistema de transportes públicos do Distrito Federal, visando avaliar a qualidade do serviço de transporte público coletivo prestado no exercício de 2008, bem como a atuação do órgão gestor.

Andamento: Diligência Externa. (29/05/2013).

Carga: SEMAG.

DECISÃO Nº 5901/2009

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: (...) II - recomendar a Secretaria de Estado de Transportes da necessidade de: a) realizar auditoria na Câmara de Compensação e encaminhar o resultado ao TCDF em 120 (cento e vinte) dias, na forma da lei; b) alterar os §§ 1º e 8º do art. 24 da Portaria ST nº 98, de 22.10.07, e regulamentar plenamente as ressalvas aos casos de atividades extracurriculares; c) regulamentar o número de linhas que o estudante pode utilizar com o uso do passe estudantil; d) fiscalizar e punir os operadores que utilizam ônibus com catraca eletrônica programada em desacordo com a linha a que o ônibus está servindo; e) editar norma fixando prazo para os operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF - STPC e Sistema de Bilhetagem Automática - SBA encaminharem as informações solicitadas pela Ouvidoria e unidades de atendimento ao usuário; III - determinar à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

e-DOC ODA055B4

Proc 11488/2013

Proc.: 11488/2013

Rubrica

Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal - SET/DF que verifique e adote as providências cabíveis em relação à omissão do DFTrans em realizar as cobranças administrativas dos débitos relativos a autos de infração aplicados aos operadores do transporte público no Distrito Federal e do não encaminhamento dos débitos não quitados para cobrança judicial, comunicando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas; IV - recomendar a DFTrans da necessidade de: a) apresentar rotina para identificar, avaliar e acompanhar a variação das necessidades dos usuários, para implementar mudanças na programação operacional de forma a inibir a lotação excessiva dos veículos e propiciar bom tempo de deslocamento de todos os usuários de suas residências até o ponto de acesso ao serviço de transporte coletivo; b) fiscalizar o cumprimento da programação operacional e punir efetivamente os desvios ocorridos, de forma a coibir o descumprimento da programação operacional por parte dos operadores; c) aumentar a capilaridade do serviço atualmente prestado, de forma a suprir a demanda existente, especialmente nas localidades prejudicadas com a extinção do Sistema de Transporte Público Alternativo - STPA e Sistema de Transporte Público Alternativo Condominial - STPAC; d) empreender medidas saneadoras para garantir condições adequadas de conforto aos usuários nos terminais de embarque de passageiros, dotando-os de cobertura, bancos e banheiros em bom estado de conservação; e) dotar os terminais de meios para ampla divulgação das linhas e horários do serviço de transporte público; f) dotar todos os terminais, de embarque/desembarque de passageiros, de unidades de atendimento ao usuário, de fácil acesso e de grande visibilidade, com recursos materiais (computadores, acesso on-line à base de dados da DFTrans) e humanos necessários à ampla divulgação de informações sobre o STPC; g) coibir a ocupação irregular dos espaços físicos dos terminais por ônibus, com a aplicação das penalidades devidas; h) apresentar cronograma para a realização das adaptações necessárias em pontos/paradas e terminais para garantir a dignidade das pessoas portadoras de necessidades especiais, bem como incluir tais requisitos nos projetos dos pontos/paradas e terminais a serem construídos; i) empreender medidas saneadoras para garantir condições adequadas de conforto e segurança aos usuários nas paradas de ônibus, provendo-as de cobertura, bancos, lixeira, baias e iluminação das imediações; j) implementar mecanismos para garantir a correta caracterização de todos os pontos/paradas; k) implementar rotina para manutenção e limpeza periódica das paradas; l) implementar rotina de fiscalização da limpeza das imediações das paradas, acionando o órgão competente ao encontrar alguma inconformidade; m) depurar e atualizar o cadastro de paradas, estabelecendo, em 180 (cento e oitenta) dias, numeração seqüencial e georreferenciada de todos os pontos/paradas do DF; n) fiscalizar as condições de limpeza e conservação da frota, bem como da lotação, punindo efetivamente os desvios ocorridos; o) exigir das operadoras



permissionárias do STPC a realização periódica de cursos de capacitação de motoristas e cobradores, com ênfase em direção defensiva e no trato com usuários; p) não permitir que prepostos atuem no serviço de transporte público sem atender à capacitação mínima exigida nos cursos de capacitação; q) distribuir de forma equânime os veículos adaptados aos PNEs entre as Regiões Administrativas; r) fiscalizar e punir os operadores do STPC, de forma a garantir os direitos dos Portadores de Necessidades Especiais - PNEs, bem como fiscalizar a operadora do SBA quanto à concessão e fruição das gratuidades e do passe estudantil; s) depurar a base de dados do Sistema Integrado do Transporte Público do Distrito Federal SIT/DF para corrigir desvios no cadastramento de dados encontrados; t) implementar rotinas eficazes de crítica e de validação de dados da frota; u) apresentar plano de vistoria para orientar a programação das atividades de vistoria; v) dotar a Gerência de Vistorias - GVI dos recursos humanos e materiais, dos equipamentos e das instalações necessários e suficientes para a realização de todas as verificações e testes exigidos pela legislação aplicável, em especial, os constantes dos itens 1 e 14 do checklist de vistoria relativos à segurança do veículo; w) dotar as unidades de ouvidoria e atendimento aos usuários dos recursos humanos, logísticos e tecnológicos necessários ao desempenho de suas atribuições; x) alterar os termos do convênio celebrado com a operadora do SBA (empresa Fácil) para incluir a fixação de prazo para encaminhamento das informações solicitadas pela Gerência de Relações com a Comunidade e Atendimento ao Usuário - GRC e Ouvidoria da DFTrans, bem como incluir, como obrigação da Fácil, o atendimento às recomendações dos fiscais da DFTrans, sob pena de rescisão do convênio; y) construir informações gerenciais a partir das reclamações de usuários, para fins de atuação da fiscalização e aperfeiçoamento da gestão do transporte; z) proceder ao processamento tempestivo e consistente dos dados operacionais do transporte público, de forma a subsidiar a gestão do sistema; V - determine à DFTrans que faça as cobranças administrativas de todos os débitos relativos aos autos de infração aplicados aos operadores do transporte público e encaminhar os não quitados para cobrança judicial; VI - recomendar ao Metrô da necessidade de: a) apresentar cronograma para dotar as estações de mecanismo que informe ao usuário o tempo de espera para o próximo trem para cada destino servido, com atualização em tempo real; b) dotar as estações de bicicletários, especialmente aquelas que atendam à população menos favorecida; c) adaptar as estações existentes, observando a norma de acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano da ABNT, com o implemento de todos os dispositivos elencados naquela norma quando da construção de novas estações; VII - recomendar a Secretaria de Infraestrutura e Obras que construa, segundo a viabilidade técnica, estacionamentos públicos próximos às estações do Metrô, especialmente junto àquelas ainda em fase de projeto; VIII - determinar à Secretaria de Estado de Transportes, à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

e-DOC 0DA055B4

Proc 11488/2013

Proc.: 11488/2013

Rubrica

DFTrans, ao Metrô e à Secretaria de Infraestrutura e Obras que apresentem a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de implementação dessas e outras medidas que entender necessárias para a resolução dos problemas, constando do respectivo cronograma os prazos a serem considerados em cada etapa, para fim do posterior monitoramento a ser realizado por esta Corte de Contas.

Decisão nº2788/2012

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - determinar à DFTrans: a) em 30 (trinta) dias, o encaminhamento das providências adotadas e/ou em andamento quanto às recomendações formuladas pelo Controle Interno por meio do Relatório de Auditoria Especial nº 02/10 – DIRAG/CONT; b) em 60 (sessenta) dias, o encaminhamento do plano de implementação das proposições feitas no item IV da Decisão nº 5901/09, bem como de outras medidas que entender pertinentes para a resolução dos problemas tratados nos autos em exame; c) em 60 (sessenta) dias, o levantamento de todas as multas aplicadas às operadoras do STPC/DF e adote as medidas necessárias para a cobrança administrativa e judicial dos débitos; II - determinar à Companhia do Metropolitano do DF – Metrô-DF, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a divulgação, aos usuários, nas estações, do intervalo entre trens nos casos de atrasos ocasionados por problemas operacionais; III - determinar à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras, em 60 (sessenta) dias, o encaminhamento do plano de implementação da proposição feita nos itens VII da Decisão nº 5901/09, bem como de outras medidas que entender pertinentes para a resolução dos problemas tratados nos autos em apreço; IV - determinar à Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal que instaure tomada de contas especial para apuração de responsabilidade e recuperação dos valores referentes a multas aplicadas às operadoras do STPC/DF e não cobradas pela DFTrans; V - reiterar os itens II, alíneas b e c, e III da Decisão nº 7.658/09; (...).

Decisão nº 5595/2012

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) II - determinar à DFTrans – Transporte Urbano do Distrito Federal que instaure imediatamente tomada de contas especial para apuração de responsabilidade e recuperação dos valores referentes a multas aplicadas às operadoras do STPC/DF e não cobradas pela Autarquia, conforme ordenado na Decisão nº 4.623/2012, disso cientificando esta Corte de Contas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis; III - conceder à DFTrans a prorrogação de prazo por 30 (trinta), a contar do conhecimento desta decisão, para cumprir as diligências de que trata a Decisão nº 2.788/2012; IV - alertar o órgão jurisdicionado de que a pessoa competente para dirigir-se ao Tribunal é o seu Diretor-Geral; (...).



4. Destinatários do Relatório de Auditoria

30. O Relatório de Auditoria terá como destinatários o Tribunal de Contas do Distrito Federal, a Transporte Urbano do Distrito Federal, a Companhia do Metropolitano do DF, a Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal, e, eventualmente, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, entre outros órgãos e entidades públicas ou privadas que tenham interesse nos resultados obtidos com a presente fiscalização.

5. Objetivo Geral da Auditoria

31. Verificar a qualidade e a regularidade da prestação de serviço do Sistema de Transporte Público Coletivo (STPC).

6. Objetivos Específicos

32. As questões de auditoria estão assim definidas:

- O serviço transporte publico coletivo no DF é confiável e regular?
- O serviço de transporte público coletivo atende a população do DF de forma satisfatória?

7. Escopo

33. A avaliação terá como escopo a modalidade de transporte coletivo por ônibus, denominada de convencional, e o sistema de transporte coletivo sobre trilhos, metrô.

34. As atividades de auditoria serão levadas a efeito por meio de avaliações "in loco" nos logradouros públicos vinculados à Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, à Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ DF e à Secretaria de Transportes do DF. Além disso, serão utilizados os relatórios de gestão sobre o STPC/DF produzidos por essas jurisdições.

35. Será objeto de avaliação a confiabilidade, a disponibilidade, a frequência, a segurança, os tempos de espera e viagem, a integração entre linhas e modais, o estado de conservação dos equipamentos e instalações físicas relacionadas ao Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

36. O período em exame compreenderá o 2º semestre de 2014. Espera-se que nesse momento as intervenções governamentais em curso no STPC/DF tenham alcançado o patamar aceitável de implementação e estabilidade que permita a avaliação dos seus aspectos operacionais pelo Controle Externo.

8. Montante Fiscalizado

37. A Despesa Autorizada para custeio do objeto fiscalizado, em julho de 2013, de acordo com Quadro de Detalhamento da Despesa emitido no SIGGO, fls. 44/57, alcança o montante aproximado de R\$ 1.820.000.000,00.



9. Avaliação do Controle Interno

38. Tendo em vista a relevância da matéria para a população do Distrito Federal, entendemos como elevado o risco inerente ao objeto da auditoria.

39. Quanto aos controles internos disponíveis na DFTRANS, METRÔ DF e ST/DF, os resultados obtidos por esta Corte no âmbito da Auditoria Operacional objeto do Processo nº 17272/2008, indicam que aqueles são fracos e nos permitem aferir como alto o risco de controle associado ao objeto desta auditoria.

10. Risco de Auditoria

40. Uma vez que o Risco Inerente foi avaliado como elevado e os controles internos como fracos, de acordo com a tabela 1 da seção 4.9 do Manual de Auditoria do TCDF, será preciso um grau de testes alto a fim de minimizar o risco de auditoria.

11. Equipe de Auditoria e Recursos Necessários

41. A equipe que executará a auditoria deve ser constituída de 4 auditores, não sendo necessário perfil específico. Serão utilizados os recursos já disponíveis no Tribunal.

12. Cronograma

42. A execução dos trabalhos ocorrerá de acordo com o seguinte cronograma:

Atividade	Dias úteis necessários
Realização dos trabalhos de campo	100 ¹
Elaboração da Matriz de Achados	10
Elaboração da versão prévia do Relatório de Auditoria	10
TOTAL	120

¹Corresponde à soma dos dias úteis necessários para a execução de todos os itens da Matriz de Planejamento.

43. Estima-se que esse prazo corresponda a um período de cerca de 165 dias corridos.

13. Papel de Trabalho I — Matriz de Planejamento

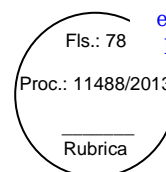
44. A Matriz de Planejamento está juntada aos presentes autos às fls. 44/45.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA

PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



e-DOC 0DA055B4
Proc 11488/2013

Informação nº: 24/2013- /DIAUD1

Brasília (DF), 30 de setembro de 2013.

Processo nº : 11488/2013 (1 volume).

Jurisdicionadas : DFTRANS, METRÔ/DF e ST/DF

Assunto : Auditoria de Desempenho

Ementa : Realização de Auditoria de Desempenho conforme o Plano Geral de Ação - PGA 2013 (Decisão nº 96/2012). Qualidade e regularidade do STPC/DF. Levantamento Preliminar de Auditoria.

Senhor Diretor,

Em atenção à designação de fl. 4, apresenta-se às fls. 62/78, para fins de análise e aprovação, o Plano de Auditoria a ser realizada na DFTRANS, METRÔ DF e ST/DF, com o objetivo de verificar a qualidade e a regularidade da prestação de serviço do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal- STPC/DF, em cumprimento ao PGA 2013.

2. O referido Plano de Auditoria foi elaborado em conformidade com o Manual de Auditoria — Parte Geral, instituído pela Resolução nº 195/2009, na sua versão atualizada.

Diante do exposto, sugere-se à egrégia Corte:

I - tomar conhecimento:

- a) do Plano de Auditoria às fls. 62/77, bem como do PT I – Matriz de Planejamento às fls. 59/61;
- b) dos documentos às fls. 4/58;

II - autorizar:

- a) a realização da auditoria na forma proposta no Plano de Auditoria;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.

À superior consideração.

Lairton Rocha Resende
Auditor de Controle Externo

Marcelo Bálbio Moraes
Auditor de Controle Externo